



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 437, DE 2016

Altera a Lei no 9.051, de 18 de maio de 1995, que dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimento de situações, para prever prazo mínimo de validade para as certidões.

**AUTORIA:** Senador Wellington Fagundes

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

Altera a Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995, que *dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimento de situações*, para prever prazo mínimo de validade para as certidões.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 1º da Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

**“Art. 1º .....**

*Parágrafo único.* As certidões de que trata o *caput* terão validade mínima de 60 (sessenta) dias, ressalvados os casos em que lei determine prazo superior.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

As certidões são documentos essenciais para o exercício de inúmeros direitos dos cidadãos. Sem elas não é possível, por exemplo, obter um financiamento imobiliário, tomar posse em um cargo público ou participar de licitações. A relevância das certidões é atestada pela Constituição Federal, cujo art. 5º, XXXIV, *b*, determina ser assegurado a todos, independentemente do pagamento de taxas, *a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.*





Não obstante a relevância das certidões no dia a dia dos indivíduos, verificamos que inexistente legislação que estipule um prazo mínimo de validade. Como consequência, os prazos costumam ser bastante exíguos, fato que tem obrigado o interessado a solicitar uma mesma certidão diversas vezes. Essa burocracia, contudo, é absolutamente incompatível com o mundo moderno.

Com o objetivo de suprir essa injustificável lacuna, apresentamos o presente Projeto de Lei, que tem por fim estabelecer um prazo mínimo de validade para as certidões, correspondente a sessenta dias. Os demais prazos previstos na legislação, caso superiores, serão mantidos em vigor.

Trata-se, a nosso ver, de um prazo bastante razoável, que permite conciliar a segurança jurídica conferida pelas certidões com a necessidade prática de um prazo compatível com o exercício dos fins por ela visados.

Certos da relevância da presente proposta para simplificar a vida dos cidadãos e desburocratizar o exercício de seus direitos, contamos com o decisivo apoio dos nobres pares para sua rápida aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **WELLINGTON FAGUNDES**



SF/16822.84470-56

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei nº 9.051, de 18 de Maio de 1995 - 9051/95

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9051>

- artigo 1º